

ENTRE A METAFÍSICA E AS CIÊNCIAS DO ESPÍRITO: UM CAMINHO HISTÓRICO NA FILOSOFIA

BETWEEN METAPHYSICS AND THE "SCIENCES OF THE SPIRIT": A HISTORICAL PATH IN PHILOSOPHY

Gérson Pereira Filho*

Rodolfo Victor Cancio Evangelista**

RESUMO

O artigo em questão pretende apresentar a relação da história da Filosofia na teoria diltheyana com a metafísica, tendo como base a obra *Introdução às ciências humanas*. De acordo com Dilthey, a Filosofia possui seu desenvolvimento atrelado às mudanças do pensamento humano, bem como às transformações advindas de cada tempo histórico. No entanto, na trajetória da Filosofia se apresenta um alicerce comum entre os desenvolvimentos teóricos de diferentes épocas. A metafísica se desvela enquanto uma base presente desde antigas investigações sobre o universo, até os experimentos científicos da Modernidade. Desse modo, a busca por um conhecimento completo encontra nas ciências modernas bases estáveis, que evidenciam uma validade epistemológica por meio do racionalismo e do experimentalismo. Nesse desenvolvimento, os fundamentos naturais das ciências modernas constituem as bases para a construção do verdadeiro conhecimento. No movimento de emancipação das ciências, por meio dos fundamentos epistêmicos e métodos investigativos modernos, encontramos a formação das ciências humanas. A proposta diltheyana para as ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*) desvela a reivindicação de uma autonomia epistemológica como base da construção de um conhecimento compreensivo. Porém, para isso, ele deveria abandonar seu mais antigo alicerce, a metafísica.

PALAVRAS-CHAVE: história da filosofia; metafísica; ciências humanas; Dilthey; psicologia.

ABSTRACT

This article aims to present the relationship between the history of philosophy in the Diltheyan theory and metaphysics, based on the work "Introduction to the Human Sciences". According to Dilthey, Philosophy has its development linked to the changes in human thought, as well as to the transformation arising from each historical period. However, in the trajectory of Philosophy there is a common foundation between the theoretical developments of different times. Metaphysics reveals itself as a basis present since ancient investigations about the universe, up to the scientific experiments of Modernity. In this way, the search for complete knowledge finds a stable basis in modern science, which evidences an epistemological validity through rationalism and experimentalism. In this development, the natural foundations of modern sciences constitute the basis for the construction of true knowledge. In the emancipation movement of the sciences, through the epistemic foundations and modern investigative methods, we find the formation of the human sciences. The Diltheyan proposal for the sciences of the spirit (*Geisteswissenschaften*) reveals the claim for epistemological autonomy as the basis for the construction of a comprehensive knowledge. However, for this, it should abandon its oldest foundation, metaphysics.

KEY-WORDS: history of philosophy; metaphysics; human sciences; Dilthey; psychology.

* Doutor em filosofia pela UNICAMP. Docente do Departamento de Filosofia da PUC Minas (Campus Poços de Caldas). Graduado em Filosofia e História. E-mail: gersonpereirafilho1962@gmail.com.

** Mestrando na pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - UNICAMP/FCA. Graduado em Psicologia pela PUC Minas (Poços de Caldas). E-mail: rodolfovc13@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O início de nossa investigação adentra o caminho percorrido por Dilthey no que diz respeito à trajetória da Filosofia e a sua correlação com a metafísica. Tal caminho revela-se fundamental para apoiar a compreensão da proposta estabelecida pelo autor em torno do que ele denominou como “ciências do espírito”, qual seja, a independência dos estudos humanos e sociais frente às ciências da natureza.

Necessário é ressaltar que a conceituação de metafísica não apresenta um consenso, pois, observa o próprio Dilthey, o significado da palavra possui divergências nos diferentes autores, além de que o foco sobre essa questão está presente em diferentes tempos históricos. Sendo assim, apontar os fundamentos da ideia de metafísica no pensamento de Dilthey é importante, pois, segundo o autor, esta constitui o alicerce da história da filosofia (DILTHEY, 2010). Por outro lado, cabe verificar até que ponto a proposta de Dilthey obteve êxito ao pretender afastar-se da concepção metafísica rumo às suas “ciências do espírito”. Teria Dilthey, de fato, estabelecido uma ruptura com a metafísica, substituindo seus métodos por uma nova epistemologia que passou a segurar o sustentáculo científico das humanidades, sem cair no cientificismo positivista?

A expressão metafísica pode ser vinculada primeiramente à concepção aristotélica de uma filosofia que estivesse superior à natureza, estando seu ordenamento sobreposto às leis naturais. A metafísica era apresentada por Aristóteles como o conhecimento que transcendia a natureza, podendo ser compreendida como “filosofia primeira”:

Segundo Aristóteles, a ciência distingue-se da experiência pelo fato de conhecer o fundamento que está estabelecido na causa eficiente. Segundo Aristóteles, a ciência particular distingue-se da sabedoria na qual o impulso ao saber encontra sua satisfação posta em si mesmo (a palavra sabedoria tomada aqui em seu sentido mais rigoroso e mais elevado, portanto, como a primeira sabedoria) pelo fato de conhecer os primeiros fundamentos que dão sustentação de maneira completamente genérica a toda realidade efetiva. Ela contém os fundamentos do círculo particular da experiência e domina por intermédio desses fundamentos o agir conjunto. Essa primeira sabedoria perfeita é justamente a filosofia primeira. (DILTHEY, 2010, p. 153-154).

De acordo com Dilthey (2010) tal conceituação aristotélica em relação à metafísica perpassa pelo período clássico e é majoritariamente mantida na Idade Média, neste caso, inclusive, vinculada, como sabemos, às concepções teológicas. Como contraponto, encontramos as linhas de abordagens oriundas, supostamente, do platonismo, em que a ideia

de metafísica, ainda que tal conceito não integre diretamente o vocabulário platônico, está correlacionado na tradição filosófica às concepções ontológicas, da realidade suprassensível, apreendida somente no campo do inteligível.

Talvez seja em decorrência da apropriação medieval cristã em torno da filosofia grega clássica que o conceito de metafísica tenha se consolidado no sentido em que esta área filosófica passou a ser concebida, quase como um senso comum na filosofia, que vincula questões do âmbito da imaterialidade, da transcendência e da espiritualidade a tais aspectos metafísicos. De certo modo, esse conceito quase teológico da metafísica foi responsável por uma compreensão equivocada da filosofia como se fosse reduzida a esse campo, numa intermediação entre a razão e a fé.

Na filosofia moderna, o sentido da expressão metafísica retorna ao mais próximo da orientação aristotélica de uma ciência, em que seus fundamentos não estivessem condicionados ao processo do conhecimento empírico, mas, sim, se manifestando enquanto uma ciência dos fundamentos primeiros (DILTHEY, 2010). No século XVIII, Kant define a metafísica de uma maneira consoante à ideia aristotélica, uma vez que, para a fundamentação de uma “metafísica dogmática”, se utilizava da mesma concepção de Aristóteles, uma vez que os fundamentos primeiros não seriam eles mesmos condicionados ao conhecimento empírico (experiência objetiva).

Nesse sentido, o que é designado por Dilthey (2010) enquanto metafísica se apresenta enquanto o universal, o conhecimento completo da coisa em si. O que emerge dessa denominação é uma ideia de um conhecimento absoluto, de uma essência última que se encontra em tudo aquilo presente no mundo, como também se determina a partir dela tudo que é existente. Segundo Hodges (1944), a questão da metafísica na teoria diltheyana não somente implica no significado da própria palavra, como também revela uma questão fundamental no pensamento filosófico. A metafísica se apresenta enquanto um movimento presente no desenvolvimento da filosofia, enquanto um caminho que emerge em diversas teorias, sendo seu objetivo final alcançar a completude por meio do conhecimento.

Aqui é a origem da metafísica, que é a tentativa do filósofo de procurar a unidade sistemática, abrangendo a realidade absoluta, o princípio absoluto primeiro do conhecimento, o bem absoluto, e a beleza absoluta; para reconciliar a regularidade que ele acha ser absolutamente proposta na ciência natural com a liberdade que é igualmente proposta na ética; em geral para trazer todas as verdades departamentais juntas em uma verdade absoluta. (HODGES, 1944, p. 94, tradução nossa).

Dessa forma, a metafísica se apresenta enquanto a elevação máxima do conhecimento, o superior que rege todas as leis do mundo. Destarte, “os autores designam como metafísica *todo estado marcado pela convicção* sobre o nexo geral objetivo da realidade efetiva ou mais rigorosamente sobre aquilo que ultrapassa a realidade efetiva” (DILTHEY, 2010, p. 157).

A metafísica como sendo a ciência dos fundamentos primeiros e elevados também se apresentava como a ciência dos fundamentos do conhecimento. Suas bases não seriam condicionadas a um elemento ou dimensão anterior. A partir do embasamento dessa expressão, é viável uma visão analítica da relação da metafísica com o percurso histórico da filosofia.

1 METAFÍSICA E NATUREZA NA FILOSOFIA GREGA

Como ponto de partida da análise em questão, é possível estabelecer o desenvolvimento da linguagem, assim como a formação da poesia e da experiência mítica como elementos que antecedem o surgimento da Filosofia, em um tempo em que não era evidente uma ciência definida. Desse modo, a representação mítica se apresentava como principal aspecto do período que antecede o surgimento da filosofia (DILTHEY, 2010). Porém, é evidente que, a partir do abalo no domínio do conhecimento mítico e, posteriormente, dado seu declínio, o que vai permanecer de seu carácter é a vivência religiosa.

Sucessivamente ao período de predominância da representação mítica, segue então um período não muito bem esclarecido historicamente, porém o que de fato se apresenta como traço fundamental é o desenvolvimento do espírito voltado para o esclarecimento. Seguindo “os relatos dos ilustres pesquisadores do período alexandrino, há no mínimo pouco mais de três séculos entre os poemas homéricos e o nascimento do primeiro homem a ter procurado, segundo a tradição, uma explicação científica do mundo: Tales” (DILTHEY, 2010, p. 168).

Desde o declínio da predominância da representação mítica e da consolidação da matemática e da astronomia, a questão que emergia enquanto principal, de acordo com Dilthey (2010), era a busca de uma explicação científica do universo. O que se relaciona a determinado fato é o desenvolvimento da primeira ciência, a matemática. Por meio de uma representação racional da realidade efetiva, esta investigava, a partir do isolamento de um conteúdo particular, um fragmento parcial do seu objeto de estudo. Apoiado nisso, se desenvolvem, enquanto primeiras ciências a alçarem verdades claras, a geometria e a aritmética.

O que se revelava a partir da busca de uma explicação do surgimento do cosmos era o desenvolvimento de uma busca pela natureza das causas primeiras, sendo elas a base do ordenamento da natureza. Assim, são estabelecidas, a partir de tal investigação, as condições para o desenvolvimento de uma ciência superior. Sustentada por uma busca de uma ciência que pudesse revelar um conhecimento capaz de explicar o surgimento do cosmos e consoante seu ordenamento, a metafísica se apresentava enquanto expressão própria da filosofia (DILTHEY, 2010).

No interior desse movimento que buscava por uma ciência absoluta, é possível destacar a questão do esclarecimento, uma vez que este sustentava a investigação de um conhecimento superior. Desse modo, a investigação que tinha como finalidade a metafísica possuía a natureza como matriz (DILTHEY, 2010). Revela-se, então, um caráter objetivo do pensamento grego, isto é, estabelecer um conhecimento elevado do universo a partir da dedução dos fenômenos externos.

Nós denominamos *metafísica* a reflexão que tem de tal modo por pressuposto explicações particulares e deduz as determinações universais de um nexos do mundo apresentável a qualquer um. Essa reflexão metafísica analisou junto ao mundo exterior o nexos da realidade efetiva. Com certeza, esse nexos estava fundado em última instância na consciência, só ele constituía juntamente com o mundo histórico o todo da realidade efetiva. No entanto, o pensamento metafísico dos gregos concebeu esse nexos a partir do estudo do mundo exterior. Isso teve por consequência o fato de os conceitos metafísicos terem permanecido ligados à intuição espacial. O princípio racionalmente formador já era para os pitagóricos algo delimitador. Nos eleatas e em Platão, ele tinha um caráter análogo. (DILTHEY, 2010, p. 177-178).

O prosseguimento da busca por um conhecimento superior seguiu apoiado na explicação física do mundo e, assim, seguindo um movimento progressivo, tentava-se alcançar as propriedades do ordenamento físico da natureza. Desse modo, surge o conceito de elemento, que se apresenta fundamental para a metafísica, uma vez que é a base para o conceito mais exato de átomo (DILTHEY, 2010).

Aproximadamente na segunda metade do século V a.C., a Grécia se encontrava em um período de grandes transformações, que era seguido por uma metafísica mais consolidada, pois um crescente espírito cético confrontava cada nova proposta de uma ciência superior (DILTHEY, 2010). As grandes mudanças políticas gregas viabilizaram a valorização da vida pública e da realidade social, e o conhecimento sustentado no projeto de metafísica permitia um sentimento de uma consciência soberana e, assim, o fortalecimento de uma ideia de independência do indivíduo.

Nesse mesmo período, surge juntamente aos sofistas um pensamento que poderia sustentar uma nova concepção de conhecimento. Apresenta-se então o relativismo. Tal ideia colocava em desacordo as bases metafísicas de universalidade, uma vez que não admitia nada como absoluto e, nesse sentido, desconstruía uma busca por um conhecimento superior e universal. Isto posto, Dilthey (2010) desloca Protágoras da crítica ao pensamento metafísico, uma vez que ele não compartilhava do mesmo projeto das investigações científicas.

Destoante de qualquer outro pensador da época, Dilthey (2010) nos apresenta que Sócrates restituiu uma busca por um conhecimento superior a partir de sua poderosa organização intelectual, que reflete um trabalho profundo e contínuo do pensamento, o qual possibilitou um novo nível de conhecimento em relação a um nexos final. Porém, o grande abalo provocado pelo relativismo sofista, precedido de um espírito cético, que colocava toda verdade em questão, defrontava qualquer sustentação de conhecimento.

Desse modo, Sócrates se apoiou na busca da verdade que apontava para um retorno a um fulgor maior, em que o esclarecimento poderia advir a partir de uma fundamentação lógica. Conforme Dilthey (2010), a indicação socrática da busca pela verdade se dá justamente por meio da dúvida como fundamento da investigação científica, emergindo, assim, do movimento de questionamento daquilo que não é conhecido, o que implica uma atitude de reconhecimento do não saber.

O questionamento socrático revelava sua destemida força ao colocar em dúvida qualquer evidência sustentada pelo conhecimento. Por meio do diálogo, colocava à prova qualquer convicção científica. As ciências do cosmos se encontravam em desmoronamento diante dos questionamentos. Porém, o que resistiu a tamanha voracidade do método foi a recondução a uma razão formadora de mundo (DILTHEY, 2010). Em suas considerações sobre a ética, Sócrates descobriu um possível sentido imutável em dimensões que se estabelecem em oposição umas às outras, como por exemplo, o bem e o mal, o justo e o injusto.

Entretanto, tais dimensões se encontravam na vida ética e na vida social, o que deslocava, assim, o caminho da busca das propriedades físicas da natureza para um apontamento do imutável sobre a consciência ética. O que se apresenta como sustentação do diálogo socrático era a autorreflexão que se revelava enquanto descoberta de uma realidade efetiva. Sendo assim, a autorreflexão possibilitada por Sócrates não “revela o fato de o mundo exterior ser fenômeno da autoconsciência, mas nessa autoconsciência mesma nos ser dado um

ser, uma realidade efetiva, por meio de cujo conhecimento descobrimos pela primeira vez uma realidade inatacável” (DILTHEY, 2010, p. 209).

Tomando como base o método socrático, Dilthey (2010) nos aponta que Platão deu prosseguimento na busca de uma configuração do universo e então sustentou o desenvolvimento de uma metafísica como ciência racional. A partir de então, há um deslocamento da dedução de fenômenos a partir de um princípio absoluto para a garantia de uma sentença por meio de seu fundamento epistêmico. Nesse sentido, na conjuntura de tal mudança, implica o fato de que decai a valorização do pensamento na busca de uma finalidade única que, comum a tudo, se apresenta como princípio.

As reflexões platônicas se dirigem para a investigação do nexos entre a sentença e o fundamento epistêmico, e sua relação com o pensamento que emana esclarecimento enquanto necessidade. Tal conhecimento buscava as condições efetivas nas quais o ser quanto o saber, o cosmos quanto a ética, poderiam ser pensados (DILTHEY, 2010). Sendo assim, se faz necessário apontar que determinado conhecimento encontrava como morada o mundo das ideias.

Sustentada pelas teorias de Platão, a metafísica alcançava assim um novo estágio. Uma vez que a procura de um princípio absoluto era deslocada para a investigação de um nexos fundamental, se revelava enquanto necessária a busca por uma relação, ou seja, as conexões entre as bases de um fundamento epistêmico. Tal nexos, que apresentava um movimento superior, é esclarecido enquanto conceito para o pensamento.

Desse modo, sua forma toma consistência nas ideias e desempenha assim um caráter positivo, uma vez que se buscava alcançar um saber rigoroso que atendesse às exigências de uma fundamentação legítima. (DILTHEY, 2014). A partir de uma metafísica, enquanto um movimento da ciência que busca não mais pelo princípio soberano, porém, pelo nexos que se apresenta ao pensamento como fundamental às sentenças, se formaliza então uma filosofia conceitual, a qual vai se estender pelas épocas seguintes.

A metafísica retorna ao mundo da natureza com Aristóteles, e assim se consuma uma ciência das formas substanciais. Tal investigação, como Dilthey (2010) aponta, correspondia à pesquisa da natureza, no que diz respeito à análise de suas formas fundamentais. Tal metafísica impõe uma transformação do nexos conceitual do conhecimento, que antes em Platão encontrava sua imutabilidade no mundo das ideias, para a intuição de um mundo efetivamente real que manifestava sua imutabilidade na natureza.

Desse modo, se estabeleceu uma doutrina aristotélica a partir do conhecimento que possuía enquanto base a imutabilidade dos fenômenos físicos dados na natureza. Nesse momento, como Dilthey ([19--]) nos indica em sua obra *História da filosofia*, reside o fato de que há construção de uma base da ciência a partir da metafísica. A investigação das propriedades dos fenômenos do mundo físico dados na natureza a partir de suas substâncias evidenciava as essências de um determinado fenômeno para a razão humana.

Após o pensamento aristotélico retomar a investigação metafísica da natureza dos fenômenos físicos, sustentado por uma busca conceitual desses fenômenos, ressurgiu, enquanto estrutura do pensamento filosófico, o ceticismo. Porém, este reestruturado a partir do progresso da própria metafísica sustentada por um pensamento lógico, que põe em questionamento qualquer sentença (DILTHEY, 2010). Dessa forma, o ceticismo, ao se fundamentar no relativismo, revelava uma possibilidade de questionamento da metafísica em uma de suas bases, o conhecimento objetivo do mundo.

Posterior ao período histórico em que o espírito grego se desenvolveu à maneira de libertar o homem do pensamento mítico e possibilitar a busca do conhecimento por meio da investigação objetiva dos fenômenos físicos dados na natureza, a metafísica se encontrava em uma grande transformação. O conhecimento dos princípios incondicionados e imutáveis, que constitui na filosofia clássica grega a metafísica, se encontrava nesse momento em uma mudança de paradigma. A investigação por um conhecimento elevado deixa para trás a natureza e se eleva até os reinos do céu.

2 PENSAMENTO MEDIEVAL E O ABSOLUTO

O que se apresenta então, a partir das transformações da filosofia e das mudanças na estrutura do conhecimento, é um novo estágio da metafísica. Fundamentada no cristianismo, a metafísica em questão não era mais a investigação dos conceitos fundamentais do universo. De acordo com Dilthey (2010), o conhecimento não possuía mais seu fundamento principal na investigação da natureza a partir dos fenômenos físicos. O reino de Deus não era terreno. Nesse momento, baseado na experiência interior, o conhecimento elevado seria aquele que não mais se encontrasse sobre a razão da natureza, porém, evidenciado a partir da vivência religiosa.

Nesse movimento, que revelava uma transformação da metafísica, em que a vivência religiosa assume a posição dos fenômenos físicos da natureza enquanto conhecimento

elevado, Agostinho se apresentava como um dos principais teóricos da filosofia cristã. A metafísica já não se encontrava entre a natureza, uma vez que tinha se elevado aos céus e, dessa forma, destaca-se que os fenômenos físicos ordenados pelo mundo natural não eram mais uma questão principal, merecedora de uma profunda investigação nesse momento. O que a ciência se colocava a buscar era o conhecimento de Deus e da alma (DILTHEY, 2010).

Tal movimento tem como base a certeza de si, que emerge a partir da vivência interna, e possibilitava assim uma autorreflexão. Tal ponto se apresentava como uma das bases do pensamento de Agostinho, pois ele apoiava sua sustentação teórica na vida interior, no movimento em que o mundo se apresentava enquanto fenômeno para o si-mesmo. Para Agostinho a expressão “mundo” não se apresenta enquanto um fenômeno físico objetivo da natureza, porém um fenômeno da consciência. Nesse sentido, a fenomenalidade do mundo se apresentava condicionada à alma, uma vez que o mundo exterior só possuía valor se este apresentasse algum significado para a alma (DILTHEY, 2010).

Segundo Dilthey (2010), em Agostinho a autorreflexão não possuía a mesma estrutura do questionamento socrático que sustenta a filosofia clássica. Não remetem a ela o sistema cognitivo e seus processos como base da ciência. Porém, a própria autorreflexão desvela-se enquanto essência de *si-mesmo*, na qual se encontra determinada a essência de Deus. Nesse momento, as investigações científicas em relação à ética, à lógica e à física possuem um mesmo final, a ideia de Deus.

Outro ponto fundamental das reflexões de Agostinho é a questão da vontade. Tal elemento emerge como ponto central na metafísica, como finalidade e causa suprema na ideia de Deus. Desse modo, a metafísica desenvolvida nesse período se apresentava enquanto investigação sobre os fatos da vontade por meio de uma autorreflexão. A autorreflexão revelava um ponto de partida para uma nova metafísica, que tem como busca o conhecimento dos fatos da vontade, relacionados com a vontade de Deus, tendo como base que a alma é criada por Deus. Desse modo, “Agostinho construiu a sua ordem metafísica a partir da autorreflexão sobre os fatos da vontade. Para ele, o comportamento teórico do homem retraiu-se cada vez mais para um ponto por detrás dessas experiências da vontade” (DILTHEY, 2010, p. 304).

A Idade Média constitui grande extensão cronológica e evidencia um período histórico marcado pelo pensamento religioso teocêntrico. As antinomias que se estabeleceram, marcaram um progresso desse pensamento, pois tais contradições emergiam sustentadas pelos problemas inerentes à relação entre as três poderosas religiões desse período: cristianismo,

judaísmo e islamismo (DILTHEY, 2010). Desse modo, eram evidentes os desacordos entre elas e também frente às ciências da época.

A justaposição de ideias divergentes possibilitou uma grande influência do pensamento árabe na filosofia ocidental, o que remete a um redirecionamento da ciência ao conhecimento natural. Inicialmente, segundo Dilthey (2010), a teologia no período medieval tinha dominado as investigações científicas das três principais religiões, sendo que estas compartilhavam dos conceitos filosóficos elaborados pelos gregos e também pressupostos desenvolvidos por Agostinho, sustentando-se na lógica e na organização de categorias.

Entretanto, em um momento da Idade Média a vida intelectual se viu diante de uma transformação. O pensamento árabe se deslocava da teologia a partir do descobrimento do conhecimento grego em relação à natureza, o que possibilitou então um novo direcionamento em sentido ao conhecimento natural. Após a mudança da investigação científica árabe que evidenciou um afastamento da teologia e direcionou o conhecimento para o saber natural positivo, influenciando, assim, as investigações metafísicas ocidentais que ainda estavam estabelecidas na teologia, apresentava-se um novo estágio do pensamento medieval, que perduraria até o final da Idade Média. (DILTHEY, 2010).

O último estágio da metafísica medieval, de acordo com Dilthey (2010), apresenta o abalo causado a partir do pensamento de São Tomás de Aquino. O que precede tal pensamento se encontra na ideia fundamentada por Agostinho de que as coisas são criações divinas. As criações divinas emanam expressões do mundo inteligível, como também as conexões objetivas do mundo inteligível se apresentam no espírito individual, uma vez que este é criado por Deus.

Para o filósofo do século XIII, na abstração era possível isolar aquilo que no objeto não se encontrava isolado, e considerar por si a presença por meio de uma separação dos demais. Desse modo, os conceitos universais estariam presentes nas coisas particulares, uma vez que estariam contidos no intelecto divino e, assim, eram atribuídos ao objeto (DILTHEY, 2010).

É necessário ressaltar que a investigação dos fenômenos físicos não se opunha à ideia de Deus nesse momento, sendo que nele não somente advinha a causa motriz e finalidade do mundo, mas também a causa modelar (DILTHEY, 2010). O que isso expressa é a ideia de que em Deus está presente a conexão de mundo que contém um encadeamento das causas que evidenciam uma ordem dos fins presente na natureza. Sendo assim, a existência de Deus se

apresentava como um ponto de apoio inabalável para o espírito metafísico da Idade Média, que nesse determinado ponto temporal se apresentava enquanto uma teologia racional.

Dentre os elementos a partir dos quais se compõe a explicação da organização externa da sociedade na Idade Média, o mais importante era a visão da *Igreja*. Essa visão determinou o caráter teocrático da concepção social medieval. As substâncias espirituais estão ligadas na Igreja com um corpo místico, que se estende em movimento descensional desde a trindade e os anjos que se acham maximamente próximos dela até o mendigo nos batentes da porta da igreja e o servo que, humildemente ajoelhado no último canto da igreja, acolhe o sacrifício da missa. (DILTHEY, 2010, p. 387).

Apesar de todo o progresso da metafísica da Idade Média, algumas antinomias emergiram a partir dos conhecimentos das transformações da natureza. O conhecimento racional que buscava na natureza seus fundamentos, mesmo sobre a sustentação que aquele ordenamento era originário em Deus, possuía um caráter manifesto objetivo (DILTHEY, 2010). Porém, quando se colocava a ideia de Deus sobre a mesma busca de elementos, estes não se apresentavam. O que se evidenciava por meio da pequena fresta do futuro era que mesmo a ideia de Deus que imperou sobre a ciência, estruturando a metafísica e a sociedade na Idade Média, não era ela mesma inabalável.

O que se apresenta posterior ao declínio da Idade Média é o surgimento de um novo homem, aquele que seria denominado como “homem moderno”. A primeira característica que o definia enquanto tal é o fundamento da razão. Mesmo que esta possuísse ainda vestígios do divino, já se mostrava além da ideia de Deus, e este já não alcançava os mesmos estágios do movimento racional (DILTHEY, 2010). A consciência científica moderna se correlaciona às mudanças da organização externa da sociedade, uma vez que retornava aos pensamentos clássicos e, por meio do desenvolvimento do direito positivo e do estabelecimento dos estados de direitos, o homem se consolidava enquanto força individual e autônoma.

Formaram-se nos povos modernos, em particular nas cidades, condições sociais e políticas que eram análogas àquelas das cidades-estados antigas; isso teve por consequência um sentimento vital pessoal, humores, interesses e representações, que tornaram possível por meio de seu parentesco com aqueles dos povos antigos uma nova compreensão do mundo antigo. Pois o homem que deve renovar em si o passado precisa ser preparado para tanto por uma afinidade seletiva interior. (DILTHEY, 2010, p. 387).

A investigação científica abandona nesse momento a subordinação religiosa que se sustentava por meio da metafísica medieval. Nesse sentido, há uma dicotomia entre o saber

objetivo da natureza e as ideias religiosas, possibilitando, assim, o desenvolvimento de uma ciência positiva e a liberação da autoestima individual (DILTHEY, 2010). O desenvolvimento intelectual que estruturou o homem moderno permitiu a ele uma emancipação do divino e, assim, um sentimento de autonomia, no qual o saber era proveniente da razão humana. Tais acontecimentos estão expressos enquanto correntes no humanismo e no renascentismo.

3 O ABALO DA METAFÍSICA NA MODERNIDADE

O laço metafísico que conectava, a partir da teologia, as diversas dimensões humanas, como a religião, a arte e a ciência na Idade Média tinha se partido. Os métodos científicos rigorosos, apesar de apresentarem vestígios da metafísica medieval, como a ideia de causalidade a partir da criação, evidenciavam uma emancipação da investigação científica, uma vez que esta não estava mais subordinada ao divino, encontrando seu apoio na razão. Sendo assim, tinha chegado o tempo do desenvolvimento autônomo das ciências particulares.

Tal movimento que implicou uma transformação nas bases da ciência, como também mudou toda a organização externa da sociedade, possibilitou o despertar de um novo tipo de homem (DILTHEY, 2010). Encontrava-se em decadência a investigação que tinha como finalidade encontrar a essência das coisas a partir das transformações da natureza, e em seu lugar se estabelece a busca pelas leis naturais.

Nesse movimento surgiu o caráter da *ciência moderna*: estudo da realidade efetiva, tal como ela é dada na experiência, por intermédio da conexão causal e, de acordo com isso, por meio da análise da realidade efetiva composta em seus fatores, em particular por meio do experimento. (DILTHEY, 2010, p. 408).

A partir do desenvolvimento autônomo das ciências particulares, sustentado pela investigação das leis naturais evidenciada nos fenômenos físicos objetivos por meio dos experimentos, foi possível não somente estabelecer a pesquisa de leis causais na área da natureza, como também o conhecimento objetivo do mundo histórico-social e uma teoria do conhecimento. Nesse mundo moderno a metafísica também se transformou, e suas bases foram mudadas, uma vez que os desenvolvimentos autônomos das ciências possibilitaram uma solidificação das investigações particulares.

Desse modo, a metafísica perdeu seu lugar de explicação absoluta do mundo e somente lhe restou a tarefa, por meio das ciências objetivas, de concluir os resultados

positivos em relação a uma visão geral de mundo (DILTHEY, 2010). Nesse sentido, evidenciou-se um declínio do caráter monoteísta da metafísica, que pressupunha um fundamento uno, como também foi possibilitado o surgimento de uma nova função da metafísica na sociedade.

O movimento de transformações que se estabelece no declínio da Idade Média e desenvolve uma nova ordem da organização externa da sociedade se dá pelas mudanças nos fundamentos da ciência. A metafísica retorna ao conhecimento objetivo dos fenômenos da natureza, porém com fundamentos sustentados na demonstração e no experimentalismo (DILTHEY, 2010). Nessa afluência, se estabelece então uma ciência desenvolvida por meio da consumação da técnica, que possibilitava um poder de dominação epistemológica.

Com o declínio da metafísica medieval, viabilizou-se o direcionamento da investigação científica por meio do desenvolvimento autônomo das ciências particulares, para as finalidades práticas da sociedade, do comércio, da medicina e da indústria. Através da estabilização do poder da burguesia, foi estabelecido um enorme valor em relação ao desenvolvimento das ciências experimentais, uma vez que estas, mediadas pela técnica, ofereciam um sentimento de domínio da natureza ao humano.

Dessa forma, “o espírito inventivo na burguesia trabalhadora que unificou manejos com uma reflexão meditativa criou para a ciência experimental e calculadora recursos de um significado imensurável” (DILTHEY, 2010. p. 410). Há então uma dicotomia na estrutura da investigação científica entre o conhecimento objetivo da natureza e a vida anímica. Os conhecimentos dos fenômenos físicos possuíam o verdadeiro valor científico e, assim, a vida espiritual era desconsiderada.

As ciências modernas já independentes, e superiores a Deus epistemologicamente, investigavam as conexões dos fenômenos físicos dados na natureza por meio de um fundamento explicativo da realidade efetiva, possibilitado pelo caráter experimental. Evidenciava-se então a investigação objetiva da natureza como o centro da investigação científica moderna (DILTHEY, 2010).

Porém, é necessário ressaltar que os progressos da ciência moderna, que tinham sustentação válida por meio de um conhecimento objetivo da natureza, possuíam como elementos de investigação vestígios da metafísica antiga, que buscava um conhecimento superior de ordenamento do universo (DILTHEY, 2010). Nesse momento, há uma retomada do conhecimento particular de dimensões metafísicas, permitindo, assim, o avanço da física, mecânica e do atomismo moderno.

O conhecimento racional se apresentava como um saber diferenciado de todos os outros. Com seus métodos experimentais, era possível uma verificação de um nexo hipotético estabelecido a partir da demonstração de um fenômeno específico. Sendo assim, era viável apontar tais hipóteses como sendo verdadeiras ou falsas. A ideia de um conhecimento legítimo que, sustentado em seus fundamentos objetivos, era tida como alcançável racionalmente enquanto explicações das leis da natureza. Emergia, então, a ideia da certeza científica e, juntamente, seu poder na ciência.

Com isso, como produtos particulares da ciência moderna, surgiram uma pesquisa das leis causais da realidade efetiva na área da natureza tanto quanto do mundo histórico-social e uma teoria do conhecimento. Essa pesquisa e essa teoria conduzem desde então uma guerra de aniquilação contra a metafísica; e, agora, é sua tendência produzir, com base na teoria do conhecimento, uma conexão das ciências particulares da realidade efetiva. (DILTHEY, 2010, p. 408).

O poder das ciências modernas, sustentado pelo desenvolvimento autônomo das ciências particulares, propiciava uma confrontação à metafísica a partir de diferentes áreas do conhecimento, uma vez que estas já se encontravam fragmentadas. Nesse sentido, a ideia da metafísica enquanto um conhecimento superior que, a partir de uma essência única explicaria o nexo da realidade efetiva, ia se esvaindo diante das validações do conhecimento moderno.

Portanto, nesse movimento do conhecimento, que não há muito tempo tinha superado epistemologicamente a ideia de Deus, está implicado o desenvolvimento de diversas ciências particulares (DILTHEY, 2010). A partir dos fundamentos racionais e empíricos, respaldados pela demonstração enquanto critério de validação, se revelava o progresso do conhecimento moderno.

Nesse sentido, o desenvolvimento da mecânica, da física e da astronomia e posteriormente da química foi possibilitado através dos fundamentos da ciência moderna, que lhes outorgavam o título de uma ciência exata. Destarte, com o desenvolvimento científico moderno em que se fragmentava a realidade em áreas distintas, criando assim ciências particulares, a metafísica enquanto uma ciência superior ou filosofia primeira era confrontada (DILTHEY, 2010). Diante das forças modernas, uma metafísica enraizada na filosofia medieval com alguns resquícios clássicos não podia mais resistir.

O que restou dos escombros da ideia de uma filosofia primeira foi o impulso metafísico, que consiste na ideia que acompanha o homem desde que este olhou intrigado para o céu e, diante daquela imensidão, buscou por um esclarecimento. O que restou da

metafísica foi a ideia de um nexos uniforme aos fenômenos físicos que poderia ser explicado (DILTHEY, 2010). A metafísica não foi encerrada, porém se transformou e adentrou as entranhas da ciência moderna, tomando uma nova forma.

Mesmo depois de um longo período de domínio da ideia de Deus sobre a ciência e a sociedade, a investigação científica retoma alguns pontos da metafísica antiga, porém sob a tutela das ciências modernas. Foram estas que libertaram a investigação científica das amarras divinas e lhes apresentariam a elevada evidência.

A partir da decomposição da natureza foi possível que se retomasse a concepção de substância e átomo, como também a ideia de causalidade enquanto formas substanciais da realidade efetiva (DILTHEY, 2010). Ressalta-se assim o materialismo, que se apresentava enquanto uma ciência que tinha a matéria na qualidade de essência do universo. O que se revela assim, a partir de seu caráter de monismo científico-natural, era novamente uma metafísica.

Outro desenvolvimento epistemológico que se apresentava como base das ciências modernas se evidenciou a partir da ideia de movimentação, que remete a uma ideia da metafísica antiga. Sob a valia da consciência moderna, desenvolveu-se a investigação que tinha como objetivo as leis naturais das transformações (DILTHEY, 2010). Desse modo, há um direcionamento para uma explicação mecânica da natureza, evidenciada a partir da realidade efetiva exterior.

No movimento de dissolução e transformação da metafísica perante as ciências modernas, que se correlacionava como o processo de autonomia das ciências particulares, um conjunto de ciências que emergiam a partir da experiência também se destacava. Estas, que tinham como base as vivências humanas, estavam na Idade Média sob o mesmo poder superior divino que subordinava as ciências naturais.

Entretanto, a partir do declínio da filosofia medieval e da limitação objetiva das ciências modernas, as ciências humanas se encontravam diante de um complexo processo, qual seja, sua emancipação epistemológica. No entanto, segundo Franco (2012) a emancipação das ciências humanas não expressa uma superação das ciências da natureza, mas a conquista de métodos e fundamentos próprios.

A unidade vital, que constitui cada ser singular a partir de suas próprias vivências, se apresenta como a base das ciências humanas (DILTHEY, 2010). Entretanto, os fundamentos das ciências modernas tinham como raízes a investigação da natureza e, dessa forma, nas

ciências modernas, os fenômenos espirituais foram tidos como fatos físicos objetivos. Tal redução pode ser encontrada na submissão da Psicologia às ciências da natureza.

Segundo Dilthey (2010), houve também a subordinação do estudo da sociedade e da história aos mesmos fundamentos. A partir disso, a psicologia moderna emerge enquanto investigação das leis explicativas, que seriam encontradas a partir das uniformidades dos processos psíquicos. Portanto, nesse momento a Psicologia se encontrava sob o domínio das explicações da natureza, que estavam estruturadas nos modelos científicos do materialismo e da mecânica.

É extremamente interessante ver se levantar essa psicologia na segunda terça parte do século XVII em meio às inúmeras obras classificatórias. E, em verdade, ela se encontrava de início naturalmente sob a influência da explicação dominante da natureza; uma explicação no interior da qual foi levado a termo pela primeira vez um método frutífero. Por isso, à introdução de *explicação mecânica da natureza* por meio de Galileu e Descartes logo se seguiu imediatamente a *extensão desse modo de explicação* para o homem e para o Estado por meio de Hobbes e, depois, por meio de Espinoza. (DILTHEY, 2010, p. 429).

A partir do desenvolvimento de uma psicologia explicativa, sustentada pelos fundamentos das ciências modernas, é evidenciada então na Psicologia a formação do conhecimento das ciências humanas por meio da subordinação dos fatos espirituais à explicação mecânica da natureza (DILTHEY, 2010). Uma vez submissa às explicações físicas da natureza, a Psicologia se direcionava para aquilo que fosse relevante à consciência moderna.

Ao passo que a psicologia era submetida aos fundamentos naturais das ciências modernas, a ideia de alma e das relações humanas se tornava cada vez mais direcionada para explicações objetivas. Desse modo, setores das ciências humanas foram submetidas aos mesmos fundamentos naturais, buscando, assim, um nexos explicativo mecânico de tais fenômenos. Com a subordinação imposta às ciências humanas, o direito, a religião, a ética e a sociedade passam a assumir como ordenadas as mesmas leis universais do sistema natural. Outro ponto fundamental à própria humanidade era a compressão da história, que também se encontrava diante da sujeição às explicações causais e mecânicas. O mundo espiritual se encontrava diante da tutela natural. O que se desvela por meio de tal subordinação é o retorno de um ímpeto, que se apresentava enquanto a essência de todas as coisas, a metafísica.

Os princípios metafísicos e teológicos da Idade Média tinham possibilitado uma tal sociedade por intermédio do laço através do qual a divindade e a lei nela imanente

estavam ligadas com o organismo do Estado, com o corpo místico da cristandade. A situação oportuna da sociedade, a soma das tradições que tinham sido reunidas nela e o sentimento de ser transpassado por uma autoridade de uma proveniência mais elevada estavam em uma ligação totalmente harmônica nessa metafísica com a ideia de Deus. Essa ligação foi, então, gradualmente afrouxada. Isso aconteceu também aqui, na medida em que a análise *remontou agora a um ponto por detrás da conexão teleológica exterior segundo conceitos formais e buscou uma conexão segundo leis*. (DILTHEY, 2010, p. 431-432).

O retorno ao conhecimento clássico em viés moderno e a derrubada do poder divino sobre as ciências evidenciavam um progresso marcante, sustentado pela racionalidade enquanto aspecto superior. A matemática possibilitava o desenvolvimento das ciências particulares, em diferentes regiões da realidade efetiva. O que se buscava então em diversas áreas do conhecimento, como também a Psicologia, eram explicações que, sustentadas pelos fundamentos naturais, pudessem revelar por meio da utilização de hipóteses as leis universais que ordenavam a mecânica de um determinado objeto de estudo (FEEST, 2006).

No entanto, na base das ciências humanas se encontram as unidades psíquicas, que se desvelam a partir de vivências. A unidade psíquica se apresenta como experiência vivida, relacionada com seu próprio tempo histórico (DILTHEY, 2010). As ciências humanas, então, possuem a compreensão enquanto caminho para uma investigação que pretende analisar aquilo que nós somos enquanto experiência. Dessa forma, “o conhecimento nesse campo não é, como nas ciências naturais, meramente fenomenal e externo” (SCOCUGLIA, 2002, p. 259).

Por mais que sejam presentes estruturas comuns na experiência, ela se apresenta enquanto algo singular. Esse era o ponto de divergência das bases naturais, que se mostravam como estruturas de um conhecimento explicativo fundamentado sobre as leis universais. Nesse sentido, “a elaboração intelectual não poderia ir além do esclarecimento das relações implícitas na experiência vivida” (REIS, 2002, p. 168).

A metafísica também não supera a subjetividade restrita da vida anímica, que se encontra na base de toda articulação metafísica dos conceitos científicos derradeiros. Essa afirmação contém duas proposições em si. Uma representação do sujeito do curso do mundo só chega a termo por meio da mediação daquilo que introduz a vida anímica. E essa vida anímica, porém, em seu desenvolvimento constante, é incalculável em seus desdobramentos ulteriores, historicamente relativa em cada ponto, restrita e, por isso, incapaz de ligar os conceitos derradeiros das ciências particulares de uma maneira objetiva e definitiva. (DILTHEY, 2010, p. 461).

O ponto apresentado por Dilthey revela a insustentabilidade do desenvolvimento do conhecimento das ciências humanas com base nos fundamentos naturais que estruturavam as

ciências modernas. Isto é, o caráter universal e imutável do conhecimento natural seria válido para os fenômenos físicos, mas não para as ciências humanas. Estas estavam fundamentadas sobre as unidades psíquicas pertencentes ao mundo histórico-social, reveladas na experiência. O que se apresenta partir de então é uma tarefa de desconstrução da subordinação das ciências do espírito aos fundamentos das ciências da natureza, e a possibilidade de uma independência epistemológica e metodológica.

Se a escola histórica pecou pela falta de uma fundamentação filosófica do conhecimento das ciências do espírito, as respostas oferecidas por Comte e os positivistas, assim como Stuart Mill e os empiristas a essa busca de um apoio sólido capaz de fundar um conjunto de princípios comuns das ciências particulares da sociedade e da história, oferecendo-lhes, assim, unidade e certeza, mutilaram a realidade histórica, na medida em que a ajustaram aos conceitos e métodos das ciências da natureza. Ora, a oposição diltheyana ao domínio do naturalismo imperante em seu tempo espelha a necessidade mais profunda, sentida pelo autor, de justificar a força independente da realidade do mundo espiritual para a formação do pensamento filosófico, frente ao predomínio das ciências da natureza. Trata-se, então, para o filósofo alemão, o mesmo que definir os seus limites ante as ciências da natureza e, conseqüentemente, não aceitar uma simples submissão das ciências do espírito aos métodos próprios das ciências particulares. (PACHECO AMARAL, 1987, p. 3).

A desconstrução da subordinação das ciências humanas aos fundamentos das ciências naturais possibilitou a abertura de um caminho de liberdade para o mundo espiritual. Porém, tal caminho se apresentava enquanto uma tarefa complexa, a construção de uma estrutura própria às ciências humanas, que poderia evidenciar assim a independência das amarras mecânicas e experimentais. Para tal objetivo, seria necessário a construção de um conhecimento fundamentado no cerne das ciências humanas, isto é, a relação entre unidades psíquicas e mundo histórico-social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de um certo paradoxo entre um conhecimento compreensivo e um conhecimento explicativo é que Dilthey constrói sua teoria e método, imprescindíveis para a consolidação das ciências humanas. Conseqüentemente, apresenta-se uma retomada humanista, pois ao mesmo tempo em que Dilthey vem da herança kantiana de crítica à metafísica como caminho para a ciência, ele reconstitui a trajetória do progresso e caminho para a ciência, em especial àquela voltada para a compreensão humana. Tal reconstituição da filosofia apresenta a

metafísica como um alicerce presente na base do conhecimento científico, qual seja, europeu, cientificista e dominador.

A proposta de Dilthey de ciências humanas abre caminho para o desenvolvimento de um conhecimento baseado na experiência. Desse modo, tal conhecimento que tem como berço a crise das ciências europeias, desvela a limitação das ciências modernas. A majestosa Ciência não poderia resolver todos os problemas do mundo como tinham dito, e para o desenvolvimento das ciências humanas, seja na perspectiva da História, seja da Psicologia e das Ciências Sociais, elas precisavam se desamarrar da subordinação metodológica moderna imposta, e conquistar uma metodologia própria.

A preciosidade do pensamento diltheyano revela a possibilidade de abertura de um caminho, a busca por uma emancipação das ciências humanas. O desafio proposto por Dilthey não foi completado, muito menos se findou. Está presente na própria experiência, na possibilidade de um conhecimento que possa interrogar aquilo que nós somos.

REFERÊNCIAS

DILTHEY, Wilhelm. **A essência da filosofia**. Petrópolis: Vozes, 2014.

DILTHEY, Wilhelm. **História da filosofia**. São Paulo: Livraria Exposição do Livro, [19--].

DILTHEY, Wilhelm. **Introdução às ciências humanas**: tentativa de uma fundamentação para o estudo da sociedade e da história. Tradução de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FEEST, Uljana. ‘Hypotheses, every where only hypotheses!’: on some contexts of Dilthey’s critique of explanatory psychology. **Stud. Hist. Phil. Biol. & Biomed. Sci.**, [s. l.], v. 38, p. 43-62, 2006.

FRANCO, Sérgio Gouvêa. “Dilthey: compreensão e explicação” e possíveis implicações para o método clínico. **Rev. Latinoam. Psicopatol. Fundam.** 15(1): 14-26. 2012.

HODGES, Herbert Arthur. **Wilhelm Dilthey**: an introduction. New York: Oxford University Press, 1944.

PACHECO AMARAL, M. N. d. C. **Dilthey**: um conceito de vida e uma pedagogia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

REIS, José Carlos. A “crítica histórica da razão”: Dilthey versus Kant. **Textos de história**, Brasília, v. 10, n. 1/2, p. 159-179, 2002.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuey Cavalcanti. A hermenêutica de Wilhelm Dilthey e a reflexão epistemológica nas ciências humanas contemporâneas. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 17, n. 2, p. 249-281, 2002.